



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
UNIDADE ACADÊMICA DE GARANHUNS
CURSO DE AGRONOMIA

DESAFIOS E ATRIBUIÇÕES ATUAIS DO EXTENSIONISTA RURAL

ANDERSON CLEMENTINO GOMES DE MELO

Garanhuns - Pernambuco
2019

ANDERSON CLEMENTINO GOMES DE MELO

DESAFIOS E ATRIBUIÇÕES ATUAIS DO EXTENSIONISTA RURAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns, como parte das exigências do Curso de Graduação em Agronomia para obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Orientadora: Prof. Dra. Horasa Maria Lima
da Silva Andrade

GARANHUNS-PE

2019

ANDERSON CLEMENTINO GOMES DE MELO

DESAFIOS E ATRIBUIÇÕES ATUAIS DO EXTENSIONISTA RURAL

Aprovada em: _____, _____, _____

Prof. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade
(ORIENTADORA, UFRPE/UAG)

Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade
(EXAMINADOR 1, UFRPE/UAG)

Prof. Dr. Anderson Santos da Silva.
(EXAMINADOR 2, UFRPE/UAG)

IDENTIFICAÇÃO

Nome do aluno: Anderson Clementino Gomes de Melo

Naturalidade: Presidente Prudente - SP

Data de nascimento: 25/09/1978

Curso: Engenharia Agrônômica, Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), 10º Semestre em andamento.

Matrícula: 030.342.234-39

Tipo de estágio: Estágio Supervisionado Obrigatório

Área de conhecimento: Extensão Rural

Local de estágio: IPA - Garanhuns

Setor: Campo/escritório

Supervisor: Pedro Henrique de Medeiros Balensifer

Função: Extensionista Rural

Professora orientadora: Prof^a. Dr^a Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Período de realização: 21 de agosto a 04 de Outubro de 2019

Carga horaria: 210 h

DEDICATÓRIA

Dedico a Deus e a meu falecido pai José Clementino de Melo que sempre me mostrou a educação como o caminho para ser melhor em tudo na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter feito um curso tão amplo e que tenho tido grande identidade, em seguida a minha filha e minha esposa que pela paciência e pelo incentivo nesses 5 anos cursando a faculdade. A minha mãe Rosa Maria e meu irmão Alinson Clementino que me deram forças para chegar aqui e são minha base.

Também gostaria de agradecer ao ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva por estar cursando minha segunda faculdade no interior, pois sem seu projeto isso seria praticamente impossível.

Aos meus amigos de graduação, saibam que se eu cheguei aqui foi por causa de vocês, pois devido as minhas faltas em excesso e muitos cochilos em sala de aula, perdi muitos assuntos, mas vocês sempre tiveram muito boa vontade comigo e disponibilizava seu tempo e seu material de estudo para conseguir complementar o que faltava.

Quero fazer um agradecimento especial a duas amigas de profissão em especial, pois sempre me cederam todo seu material para mim estudar com a maior boa vontade do mundo que são Diva Queiroz e Jenifer Sthephanie. Muito obrigado mesmo.

A todos meus amigos da CHESF que de alguma maneira se sacrificaram para trocar horários comigo e permitisse a conclusão desse curso, em especial ao meu encarregado Luciano Pereira que permitia e autorizava essas trocas.

Agradecer a todos os professores que contribuíram para minha formação, além de abonar minhas faltas quando estava em serviço. Um agradecimento especial aos professores Anderson, Luciano, Mácio e Ana Pontes pelo maior contato e conversas propositivas.

Agradecimento especial a minha orientadora Horasa pela paciência e pelo incentivo de fazer esse estágio, além da disponibilidade para correções e orientações, além da amizade.

Ao IPA por permitir realizar o estágio através do supervisor Pedro Balensifer e Nayra, além dos demais técnicos extensionista do IPA que permitiram mostrar os desafios e a satisfação de ser extensionista.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns, pela estrutura e qualidade de ensino.

EPÍGRAFE

*“Se você é capaz de tremer
de indignação a cada vez que se
comete uma injustiça no mundo,
então somos companheiros”*

Che Guevara

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS.....	14
2.1	OBJETIVO GERAL.....	14
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
3.1	EXTENSÃO RURAL: HISTÓRICO E OS NOVOS PARADIGMAS DA PRÁTICA EXTENSIONISTA.....	14
3.2	A ATUAÇÃO E O PAPEL DA PRÁTICA EXTENSIONISTA: PERSPECTIVAS E DESAFIOS.....	15
3.3	EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL.....	16
4	METODOLOGIA	17
4.1	ÁREA DE ESTUDO/REALIZAÇÃO DO ESO	17
4.2	ABORDAGEM DA PESQUISA.....	19
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
4.4	ANÁLISE DE DADOS.....	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5.1	PAA (PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS).....	21
5.2	HORTA EM TODO CANTO	22
5.3	DAP (DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF).....	22
5.4	SEMENTES CRIOULAS	23
5.5	CONHECER A PRÁTICA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS EXTENSIONISTA	24
5.6	LEVANTAR OS DESAFIOS EXTENSIONISTAS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	25
5.7	IDENTIFICAR AS PRINCIPAIS AÇÕES DE PROGRAMAS EXECUTADOS PELO IPA – REGIONAL GARANHUNS SOBRE EXTENSÃO RURAL.....	28
5.8	VIVENCIAR UM DOS PROGRAMAS EXECUTADOS PELO IPA – SEDE NÍVEL DE ESTADO COM PROGRAMA HORTA EM TODO CANTO	34
6	CONCLUSÃO	40
	ANEXOS	42
	REFERÊNCIAS.....	43

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa Agreste Meridional, Garanhuns, 2019	18
Figura 2 - Banco de sementes sítio Cachoeira dos Carvalhos, São João, 2019.....	24
Figura 3 - IPA - Garanhuns, Garanhuns, 2019	25
Figura 4 - Folder REDE SEMEAM, Garanhuns,2019.....	26
Figura 5 – Sexta Feira de troca de Sementes Crioulas.....	26
Figura 6 - Colheita roça comunitária Jucati-PE, Jucati, 2019.....	28
Figura 7 - Semente Crioula feijão cafezinho, Garanhuns,2019	28
Figura 8 - Semente Crioula feijão bage rosa, Garanhuns, 2019.....	29
Figura 9 - Banco de Sementes Sítio Cruz, Garanhuns, 2019.....	29
Figura 10 - Banco de Sementes sítio Cerquinha, São João, 2019.....	30
Figura 11 - Roça Comunitária Jucati-PE, Jucati, 2019	31
Figura 12 - Banco de Sementes Crioulas em São João, São João, 2019..	31
Figura 13 - Banco de Sementes Crioulas em Angelim, Angelim 2019.....	32
Figura 14 - Elementos para preparo da Biocompostagem, Recife, 2019...	35
Figura 15 - Adubos e elementos químicos permitidos na horta orgânica, Recife, 2019.....	36
Figura 16 - Foto de coleta de amostra de solo, Recife, 2019.....	37
Figura 17 - Foto de Caixa de coleta de amostra de solo para ser entregue ao laboratório, Recife, 2019.....	37
Figura 18 - Transplântio de verduras do tubete para o canteiro, Recife, 2019.....	38
Figura 19 - Foto de Vermicompostagem, Recife, 2019.....	39
Figura 20 - Certificado Horta em todo canto, Recife, 2019.....	40

RESUMO

O estágio realizado no IPA – Garanhuns-PE, teve intuito de vivenciar as atividades diárias da extensão rural no agreste meridional em diversos programas em parceria com o governo federal, bem como programas locais do estado de Pernambuco, além de participar do curso de prática extensionista Horta em todo canto, ministrado no IPA – SEDE. No IPA são designados aos técnicos extensionistas diversas ações para fortalecimento da agricultura familiar como cadastramento do DAP (declaração de aptidão ao PRONAF), PAA (programa de aquisição de alimentos), resgate, manutenção e multiplicação nos sítios e pequenas propriedades das sementes crioulas, além de participar do curso de horticultura orgânica de baixo custo. Este trabalho teve como objetivo descrever a vivência das diversas atividades que o profissional de ATER é capaz de desempenhar num órgão público e quão grande é seu desafio de garantir melhoria de vida a diversas comunidades, associações, sítios, sem no entanto alterar suas culturas e tradições, além de pouca mão de obra e recursos financeiros. O estágio realizado foi muito importante para minha formação profissional, pois somou o conhecimento e experiência tanto do campo, como administrativamente do profissional de ATER, associados ao aprendizado em sala de aula. Também mostrou o desafio desses profissionais em desempenhar sua função em momentos de pouco incentivo governamental e poucos profissionais para uma grande área de abrangência.

Palavras Chave: Agricultura familiar, Assistência técnica, Prática extensionista, Programas sociais,

1 INTRODUÇÃO

A extensão rural é uma prática utilizada pelo mundo desde muito tempo, mas somente a partir do século XIX o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas (PEIXOTO, 2008).

No Brasil, a extensão se iniciou entre 1859 e 1860. Foram criados 4 institutos imperiais de agricultura, que possuíam, principalmente, atribuições de pesquisa e ensino agropecuário, mas também de difusão de informações através de decretos imperiais. Entre eles está o Decreto no 2.516 de 22/12/1859 que criou o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura;

Os estatutos dos institutos imperiais eram quase idênticos e previam a realização de exposições, concursos e a publicação de periódicos com os resultados das pesquisas que, ainda hoje, constituem métodos de extensão e meios de comunicação utilizados. Haveria mesmo rudimentos de um serviço de extensão rural, prestado por agricultores profissionais (PEIXOTO, 2008).

A primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, mais comumente citada pela bibliografia que trata deste tema, é a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras (PEIXOTO, 2008).

A institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no País se deu ao longo das décadas de 50 e 60, a partir da criação nos estados das associações de crédito e assistência rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 21/06/1956.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural receberam um tratamento específico na legislação brasileira, embora ainda limitado, somente após a Constituição de 1988, com a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 que dispõe sobre a Política Agrícola. Conhecida como Lei Agrícola, trata especificamente da Ater tendo como função o desenvolvimento da zona rural de maneira sustentável, incluindo atividades agrícolas e não agrícolas,

pesqueira, extrativistas entre outras mantendo o meio-ambiente e os valores socioculturais das comunidades.

A partir da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER (2003) e da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural - Lei 12188/10 | Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010 o termo ATER foi alterado e passou a ter significado de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Caracterizado como serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Baseado na evolução do serviço de ATER, e no seu atual conceito definido em lei, sabemos que os responsáveis pelo sistema, devem ter como objetivo, o incentivo ao desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável no campo, por meio da interação da população rural com os extensionistas, de forma multidisciplinar, chegando a um consenso sobre as atividades de desenvolvimento que melhor se encaixe a realidade da comunidade (RODRIGUES, 2015).

Segundo site do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco), por mais de 50 anos o estado de Pernambuco conta serviços de extensão rural público tendo seu princípio através da “Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), depois com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Pernambuco (EMATER-PE), posteriormente com a Empresa de Abastecimento do Estado de Pernambuco (EBAPE) e, atualmente com a Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), conforme decreto do Governo do Estado, publicado no Diário Oficial em 2003.

A assistência técnica na região do agreste meridional é um desafio como em outras regiões do estado. Nessa região há uma predominância de agricultores familiares e carece muito de assistência técnica e suporte devido às baixas condições socioeconômicas das famílias. Ainda há uma carência de políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar e de incentivos a criarem associações e cooperativas.

Por ser a assistência técnica um desafio e ao mesmo tempo uma propulsora do desenvolvimento local, sustentável e transformadora de

realidades em um território a Extensão Rural como atividade técnica despertou meu interesse para realização de um estágio por ser uma área na qual o engenheiro agrônomo pode atuar. Convém destacar que além disso é uma atividade que vai além da produção de alimentos pois tem relações e dialoga com outras áreas como a economia, a natureza- sociedade, a cultura, a ecologia, a política, dentre outras

Assim, o estágio foi realizado no IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) no período de 21/0/2019 a 04/10/2019 onde na área de estágio foi observada a atuação do extensionista rural nas mais diversas áreas de assistência técnica e extensão rural.

Entre as ações de extensionista feitas no estágio está a conservação e difusão das sementes crioulas regionais mostrando a importância econômica cultural e genética para os pequenos agricultores e comunidades rurais, além de contar com as casas de sementes onde estas são armazenados, comercializados e controlados com intuito de conservação e zelo das sementes crioulas.

Na atuação interna do extensionista foi feito cadastro e recadastramento do DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF: Programa Nacional de Agricultura Familiar). Com o aceite desse cadastro o agricultor tem acesso a diversos programas oferecidos pelo governo, visando facilitar a vida dos agricultores familiares.

Outra atividade extensionista ministrada no IPA – SEDE em Recife-PE foi o curso de horticultura com o título Horta em Todo o Canto, onde em 24 horas de curso, distribuídos em 3 dias em horários comerciais se mostrou todo o processo de montar uma horta sem utilização de agrotóxicos e ensinando desde a coleta de solo, a compostagem e a biocompostagem, utilização de produtos para combater pragas e doenças sem prejudicar o meio ambiente, demonstração de como plantar mudas e sementes até a colheita.

Também faz parte das atividades do extensionista do IPA o cadastro dos agricultores no Programa de aquisição de alimentos- PAA. Nele, os alimentos oriundos da agricultura familiar são comprados pelo governo e utilizados para alimentação escolar entre outros, com intuito de fortalecer o comércio local, além de garantir a compra dos produtos produzidos pelos pequenos proprietários.

Então o estágio no IPA – Garanhuns mostra os desafios do extensionista em diversas áreas para atender a demanda do pequeno produtor, além de melhorar a qualidade de vida das comunidades de sua região.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Analisar a atuação profissional extensionista rural nas mais diversas áreas de assistência técnica e extensão rural.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Conhecer e relatar a prática da atuação profissional dos técnicos e extensionista através do estágio supervisionado;
- Levantar os desafios da prática dos extensionista para assistência técnica e extensão rural.
- Identificar as principais ações de programas executados pelo IPA – regional Garanhuns sobre extensão rural.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A EXTENSÃO RURAL: HISTÓRICO E OS NOVOS PARADIGMAS À PRÁTICA EXTENSIONISTA:

Os serviços de ATER no país começaram no período pós guerra, na década de 40, visando a melhoria de vida da população rural e modernizar todo o processo de agricultura, inserindo-s nas estratégias voltadas a política de industrialização do país.

A ATER foi implantada como serviço privado com o apoio de entidades públicas e privadas.

Em 1956, foi criado a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), formando uma rede nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados.

Em 1970 o governo brasileiro “estatizou” o serviço criando o SIBRATER (Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural), coordenado pela Embrater e executado pelas Emateres nos estados.

Em 1990, o governo extinguiu a Embrater, desativando o Sibrater e abandonando claramente os serviços de Ater no país, levando a uma crise sem precedentes na Ater oficial.

Nesse mesmo período surgiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo estado, destacando-se aquelas patrocinadas por organizações não governamentais e prefeituras entre outras.

A consequência da ausência do estado em políticas públicas de ATER foi a insuficiência de serviços para atender a agricultura familiar e dos demais povos, principalmente N e NE contribuindo para aumentar as diferenças sociais e exclusão do campo.

Cabe destacar que a Constituição Federal de 1988, quanto a Lei Agrícola de 1991 mantenha serviços de ATER pública e gratuita para pequenos produtores. Política essa estimulada através da criação do extinto MDA (Ministério do desenvolvimento agrário) no governo LULA e que recentemente foi extinto pelo governo Bolsonaro, que não demonstra muito interesse em ampliar e fortalecer a agricultura familiar.

A extensão rural deve, antes de tudo, posicionar-se como instrumento de fortalecimento da capacidade de auto-gestão e inovação permanente das comunidades rurais. Ou seja, a extensão precisa reinventar a si mesma (BROSE, 2004).

3.2 A ATUAÇÃO E O PAPEL DO EXTENSIONISTA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.

A principal ação do extensionista é tornar a vida dos agricultores mais digna, com melhor produtividade, de forma mais saudável, com menores custos e sem prejudicar culturalmente essas populações e incorporar os conhecimentos empíricos dessas populações nas ações extensionista.

O extensionista é um aprendiz ao mesmo tempo que tenta adaptar seus conhecimentos adquiridos durante seu curso com a sabedoria e cultura dos povos, não podendo ser um impositor de ideias, mas sim um interlocutor e agregador das ideias vindas dos cursos da faculdade para incrementar com as

práticas já adotadas pelos agricultores e comunidades, desde que a comunidade entenda e aceite essas mudanças.

Com isso, além de preservar e manter as pessoas no campo e nas suas comunidades, o profissional tem que conseguir melhorar a qualidade de vida sem mudar ou prejudicar suas tradições e características culturais.

Independente do apoio e subsidio financeiro do governo o extensionista tem papel fundamental para o sucesso dos programas sociais, pois ele vai até o pequeno proprietário mostrar como funciona o projeto, trocar ideias para adaptar o projeto a realidade local, além de buscar meios para manterem os agricultores motivados e satisfeitos com o trabalho extensionista que está sendo realizado.

Esse texto é condizente como diz Paulo Freire em seu livro “Extensão ou Comunicação” (1983) que assinala que a capacitação técnica não pode ser focalizada, numa perspectiva humanista e científica, a não ser dentro do contexto de uma realidade cultural total, posto que as atitudes dos camponeses com relação a fenômenos como o plantio, a colheita, a erosão, o reflorestamento, têm a ver com suas atitudes frente à natureza; com as ideias expressas em seu culto religioso, com seus valores, etc.

Como estrutura essa totalidade não pode ser afetada em nenhuma das partes sem que haja um reflexo automático nas demais.

O profissional de ATER deve ter a capacidade de investigar, identificar, e fazer disponíveis aos agricultores e suas famílias um conjunto de opções técnicas e não técnicas, compatíveis com as necessidades dos beneficiários e com as condições ambientais, mostrando a tendência de mudança do paradigma da extensão rural (DAMBRÓS; CAPORAL; PADILLA, 2015)

3.3 EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

O desenvolvimento rural é de suma importância para o bom progresso do país, pois além de trazer praticas menos agressivas a natureza, prende os pequenos agricultores no meio rural, impedindo o adensamento populacional nas grandes cidades, com isso fica possível diminuir gastos e desigualdade social.

As práticas sustentáveis são meios de desenvolvimento de uma agricultura sem transgênicos (sementes crioulas), sem uso de agrotóxicos ou

similares, além de obter da própria natureza meios de combater e repelir os inimigos naturais das plantações.

Segundo LIMA *et al.*, (2014) existem diversas formas de agriculturas na perspectiva sustentável como a agricultura biodinâmica que tem como princípio integrar animal e vegetal, bem como integrar os recursos naturais da natureza com o meio cósmico, defendendo o uso de leguminosas e cercas vivas.

A agricultura natural que é uma filosofia de vida, onde os alimentos sem agroquímicos são capazes de purificar o espírito e suas práticas baseadas em rotação de culturas, adubação orgânica, cobertura com restos vegetais, entre outros, trata-se de manter os sistemas de produção iguais aos encontrados na natureza.

A agricultura orgânica é um sistema de produção que evita ou exclui amplamente o uso de fertilizantes, pesticidas, reguladores de crescimento e aditivos para alimentação animal composto sinteticamente.

A agricultura biológica defende que para um alimento com saúde o solo também tem que estar saudável.

Permacultura são desenhos de unidades produtivas, onde se estabelece uma lógica de cultivos mais próximos da residência aquelas que exigem maior intensidade de trabalho da família;

SAF's são sistemas agroflorestais que devem tentar reproduzir ao máximo a arquitetura das formações naturais, a sucessão natural.

O extensionista tem que ser comunicador, muito mais que um impositor de ideias, pois através dessa comunicação o profissional poderá agregar ideias junto com os camponeses para criarem mecanismos de melhoria dos meios de produção.

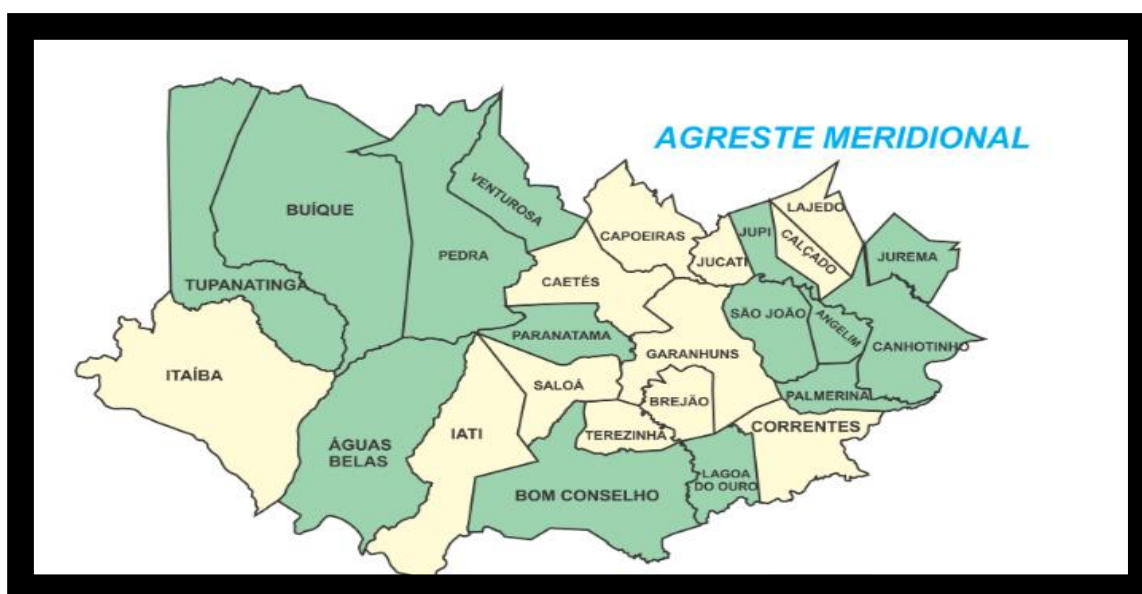
4 METODOLOGIA

4.1 ÁREA DE ESTUDO/REALIZAÇÃO DO ESO

O estágio se deu no IPA-Garanhuns que atende uma série de municípios do agreste meridional. O Território Rural denominado por Agreste Meridional de Pernambuco (Fig. 01) abrange uma área de 13.153 km², está localizado em parte da Mesorregião do Agreste Pernambucano e Sertão Pernambucano.

Atualmente é composto por 20 municípios: Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Pedra, Venturosa, Angelim, Bom Conselho, Caetés, Capoeiras, Garanhuns, Ibirajuba, Manarí, Paranatama, Saloá, São Bento do Una, Terezinha e Tupanatinga.

Figura 01-Agreste Meridional



Fonte- sigas.pe.gov.br

Destes o IPA-Garanhuns atende as cidades Águas Belas, Angelim, Bom Conselho, Cachoeirinha, Caetés, Calçado, Capoeiras, Correntes, Garanhuns, Iati, Itaiba, Jupi, Jurema, Lagoa do Ouro, Lajedo, Palmeirinha, Paranatama, Saloá, São Bento do Una, São João, Terezinha.

No agreste meridional os municípios de Garanhuns, de Venturosa e de São Bento do Una apresentam os maiores IDH-M, com 0,69; 0,63 e 0,62 respectivamente. Já os municípios de Manari e Caetés apresentam os menores IDH-M com 0,47 e 0,52. Tais informações revelam também a ocorrência de uma acentuada disparidade na qualidade de vida entre os municípios do Território (IBGE, 2010).

De acordo com site do antigo M.D.A (Ministério do Desenvolvimento Agrário) a velha estrutura coronelista, ainda reflete sobre a atual estrutura agrária e sobre as relações sociais de dependência e subordinação que insiste em permanecer em diversos municípios desse Território.

A baixa diversificação da renda e da produção agrícola, talvez reflita a inserção da população na aquisição de tecnologias e nos leva a pensar que o insignificante número de projetos executados está atrelado a falta de conhecimento dos potenciais produtivos que podem alavancar as atividades da agricultura familiar. Trabalhar as ruralidades ainda presentes requer um árduo e constante desafio, para que não se perca tanto cultural como economicamente, uma vez que esses valores são desconstruídos pela aquisição de novos hábitos impostos pelos meios de dominação e imposição de valores externos. Atrelado a isso nota-se a insatisfatória presença de estrutura das políticas públicas, relacionadas ao nível educacional, principalmente nas formações iniciais das crianças, no apoio à assistência das atividades produtivas e na preservação e exploração sustentável das riquezas naturais e arqueológicas.

4.2 ABORDAGEM DA PESQUISA

A base deste trabalho é a pesquisa qualitativa. Esta não procura enumerar e/ ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

De modo diferente da pesquisa quantitativa os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador em campo como parte explícita da produção de conhecimento, em vez de simplesmente encará-la como uma variável a interferir no processo. A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa (FLICK, 2009).

Outro fator importante é que no método qualitativo as observações, desafios, irritações e sentimentos entre outros são constituintes da interpretação (FLICK, 2009).

4.3 PROCEDIMENTOS METOLÓGICOS

A ferramenta utilizada para obtenção de dados foi através da observação no campo, nas mais diversas visitas feitas em sítios, comunidades e agricultores como também no escritório no IPA – Garanhuns. Então foi se obtendo dados para se formar o conceito do desafio dos extensionistas perante a escassez de mão de obra e recursos como motivar e dar suporte aos agricultores familiares e associação de moradores, além de atividades burocráticas e internas onde precisa do escritório para realização das atividades, complementando as atividades de campo.

A observação e exploração como metodologia fazem parte desses procedimentos de acordo com Mónico *et al* (2017) falam em seu livro que o método da Observação Participante é especialmente apropriado para estudos exploratórios, estudos descritivos e estudos que visam a generalização de teorias interpretativas. Habitualmente recorre-se à Observação Participante com o propósito de elaborar, após cada sessão de observação, descrições “qualitativas”, de tipo “narrativo” (i.e., sem recorrer a grelhas de observação standardizadas), que permitem obter informação relevante para a investigação em causa (exemplificando, formulação de hipóteses de investigação, auxílio à elaboração ou adaptação de teorias explanatórias, concepção de escalas de medida dos constructos em análise).

Outra forma de obtenção de dados/informações foi a vivência em um curso oferecido pelo IPA – SEDE em Recife-PE chamado Horta para Todo Canto, curso ministrado por técnicos e engenheiros do IPA num total de 24 horas.

As hortas de base ecológica se destacam como ferramentas legítimas para incorporação de uma consciência crítica alimentar, com vistas à segurança nutricional (FREITAS *et al.*, 2013). Dessa maneira mostra-se a importância da ampliação dessas hortas nas comunidades melhorando assim os aspectos de sustentabilidade e qualidade de vida.

4.4 ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados obtidos durante o estágio no IPA será usada uma triangulação de dados por ser usada mais de uma fonte para obtenção dos mesmos (VERDEJO, 2010).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo qualitativo foi muito importante para descrever os desafios da atuação extensionista em uma entidade pública onde políticas públicas são fundamentais para facilitar o trabalho do extensionista pois quanto mais verbas destinadas maior as ações do extensionista no campo.

5.1 PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)

Entre as atribuições dos funcionários do IPA – Garanhuns está a política do PAA Presente em 95% do Estado, o IPA tem papel fundamental na execução do PAA. Por meio da prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) é promovida a qualificação dos agricultores, o mapeamento da produção local, além do planejamento da aquisição e doação da produção.

Destaca-se que o PAA encontra-se dentro o bojo de políticas públicas de desenvolvimento rural direcionada agricultora familiar, que, historicamente, foram excluídas do acesso as políticas voltadas à agricultura, promovendo um desenvolvimento rural excludente e desigual. O programa nas suas diversas modalidades adquire produtos locais respeitando as diversidades culturais e os saberes locais, contribuindo com a validação do cultivo e a produção agroecológica (CORDEIRO, 2007).

O incentivo ao manejo agroecológico dos sistemas produtivos e ao resgate e a preservação da biodiversidade, vem ocorrendo a partir da execução do PAA que valoriza a produção e a cultura local regatando a culinária regional os valores e princípios da coletividade. O resultado é distribuição de alimentos limpos e seguro, com alto valor nutricional e geração de ocupação e renda no campo (THIAGO *et.al*, 2013).

O PAA contribui para diminuir a fome, trazendo melhorias na qualidade da alimentação das pessoas. Nas propriedades ajuda a diversificar os produtos com a introdução de novas culturas alimentícias melhorando a alimentação das

famílias, propiciando uma alimentação saudável para as crianças nas escolas e creches e os filhos dos produtores podem consumir o seu próprio alimento melhorando a alimentação escolar (THIAGO *et.al* ,2013).

5.2 HORTA EM TODO CANTO

Outra atividade extensionista ministrada no IPA – SEDE em Recife-PE foi o curso de horticultura, distribuídos em 3 dias em horários comerciais se mostrou todo o processo de implantar uma horta sem utilização de defensivos agrícolas e ensinando como coletar o solo, preparação e importância da compostagem e a biocompostagem, métodos ecologicamente corretos para combater pragas e doenças, além do plantio de mudas através de sementes até a colheita.

No fim recebemos o certificado e o desafio de implantar essa horta em comunidades, bairros, escolas entre outros locais, disseminando a atuação do agrônomo nessa área também.

Assim como descrito por Reis *et al* 2015 diz que “A agricultura constitui a quinta fonte de renda mais citada (5%), contudo é a primeira atividade desenvolvida entre eles, motivada, sobretudo, pela horticultura (61,1%). Corroborando assim a difusão da horta para os pequenos agricultores.

5.3 DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF)

Na atuação interna do extensionista foi feito cadastro e recadastramento do DAP (Declaração de aptidão ao PRONAF (Programa nacional de agricultura familiar)) onde com o aceite desse cadastro o agricultor tem acesso a diversos programas oferecidos pelo governo de acordo com a portaria 523 de 24 de agosto de 2018, como:

- Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)
- Seguro da Agricultura Familiar (SEAF)
- Garantia-Safra
- Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

- Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB)
- Beneficiário Especial da Previdência Social
- Aposentadoria Rural (Funrural)
- Auxílio Emergencial Financeiro
- Programa Minha Casa Minha Vida Rural
- Plano Brasil Sem Miséria – Rota da Inclusão Produtiva Rural
- Cotas em Escolas Profissionalizantes (CEFET)
- Pronatec Campo

Através do preenchimento do formulário do DAP conforme anexos de 1 a 4 você tem que atender umas séries de exigências como fazer parte da mesma Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) onde indivíduos composto de família que tenha como finalidade a sua subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e outros que é o conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender a própria subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, ainda morem na mesma residência, explorem o mesmo estabelecimento de gestão familiar estrito, dependam da renda da UFPA, possuam um único CPF ativo por DAP e caso de união estável ou casamento a dupla titularidade com validade de um ano. No caso de pessoa jurídica deverá ter um único CNPJ ativo por DAP e a validade por um ano também.

5.4 SEMENTES CRIOULAS

Entre as ações de extensionista feita no estágio está a preservação e difusão das sementes crioulas regionais mostrando a importância econômica cultural e genética para os pequenos agricultores e comunidades rurais, além de contar com as casas de sementes onde estas são armazenados, comercializado e controlados com intuito de preservação e zelo das sementes crioulas como diz o artigo de Bessa et al. Espera que conscientize o campesinato a continuar resgatando, produzindo e multiplicando as sementes crioulas. Além de possibilitar um reencontro dos povos com sua história, sua religiosidade, sua cultura e seus valores. Essas sementes devem continuar viva e não deixar o agronegócio tomar de conta com sementes modificadas (BESSA et al 2016). Para o sucesso das sementes crioulas é importante que

extensionista explique a importância de cada agricultor para produção e guarda das sementes na casa de sementes para que no outro ano as pessoas possam vir buscar mais sementes na casa de sementes e no fim da colheita devolver uma quantidade maior de sementes que ele pegou pois dessa forma manterá o banco sempre com estoques e preservando essas sementes. Mostrando a importância da casa de sementes os autores Santos e Monteiro, 2019 mostram que” este meio de difusão de conhecimento proporciona o desenvolvimento da comunidade, fortalece a segurança alimentar e nutricional, preserva o patrimônio cultural local, multiplica saberes, possibilita a interação entre os agricultores e descentraliza a distribuição de sementes”.

5.5 CONHECER A PRÁTICA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS TÉCNICOS EXTENSIONISTA

No estágio realizado no IPA – Garanhuns mostra a atuação do profissional extensionista nas diversas áreas, tanto administrativa como a prática em campo e de como é importante a função desse profissional para melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares, das mais diversas comunidades e sítios, além de manter culturalmente os seus costumes e tradições.

Então em campo o extensionista trabalha conhecendo as comunidades (Fig. 02) e as necessidades e dificuldades, deixando os integrantes da comunidade falar o que mais os afligem e a partir desses relatos, o extensionista se junta as pessoas daquela comunidade e sugere as mudanças através de políticas públicas e ações da própria comunidade para melhorar a qualidade de vida dessa população.

Figura 2- Banco de Sementes Sítio Cachoeira dos Carvalhos



Fonte: Arquivo pessoal

Essas ações são reforçadas de acordo com Paulo freire onde diz que o diálogo e a problematização não adormecem a ninguém. Conscientizam. Na dialogicidade, na problematização, educa-dor-educando e educando-educador vão ambos desenvolvendo uma postura crítica da qual resulta a percepção de que este conjunto de saber se encontra em interação (FREIRE, 1983).

Depois dessa ação os extensionistas vão ao escritório e fazem os cadastros necessários nas mais diversas políticas públicas locais e nacionais para poder beneficiar as comunidades por eles atendidas.

Figura 3 - IPA-Garanhuns



Fonte: Arquivo Pessoal

5.6 LEVANTAR OS DESAFIOS DA PRÁTICA DOS EXTENSIONISTAS PARA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

A prática extensionista é desafiadora, já que as políticas públicas estão ligadas diretamente a elas e que nos últimos anos infelizmente vem sofrendo significativos em seus principais projetos, aumentando ainda mais a saga do profissional extensionista em suas comunidades, sítios entre outros.

Aconteceu por diversas vezes termos que fazer várias visitas em um único dia e quando retornamos ao escritório sede não ter mais ninguém, pois o expediente já havia se encerrado fazia algum tempo, além de não ter conseguido atender toda demanda naquele dia, pois eram muitas visitas em um curto período de tempo.

Então para suprir a falta de assistência técnica e de recursos, financeiros cabe a nós a criatividade, otimizando visitas chamando toda comunidade, distribuição de folders e cartilhas educativas (fig.04), formando multiplicadores dentro das comunidades e a partir dessas ações os extensionistas vão driblando sua escassez de mão de obra e financeira, essas atitudes são semelhantes ao encontrado no artigo publicado por LIMA *et.al* (2014) onde um modo encontrado para minimizar a falta de regularidade das visitas junto aos agricultores foi a realização de atividades coletivas, expressas em dias de campo, reuniões, treinamentos e realização de eventos especiais (fig. 05). Com menos frequência, também ocorrem visitas individuais junto aos agricultores.

Figura 4 - Folder rede SEMEAM (Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional)



Fonte: Rede SEMEAM, 2019

Figura 5 - Troca de Sementes Crioulas



Fonte: Internet, 2019

As estratégias de comunicação e mobilização utilizadas pelo extensionista para atingir um maior número possível de agricultores nas atividades de extensão rural, inicialmente foram estabelecidos contatos orais com as lideranças locais das comunidades rurais do município, para que estas lideranças, com seu poder de articulação junto aos outros agricultores, pudessem contribuir para a dinâmica da mobilização (LIMA *et.al*, 2014).

Outro grande desafio da prática extensionista é de manter as tradições, locais e os conhecimentos empíricos dos povos, além de difundir ideias de desenvolvimento cultural sem utilização de defensivos agrícolas e de fertilizantes e adubos artificiais, pois dessa forma barateia os custos para o pequeno produtor e produz alimentos mais saudáveis e de menores custos de produção. Esse desafio faz parte do PNATER onde se exige uma nova política agrícola com créditos mais desburocratizados com uma matriz produtiva de base ecológica (LIMA;FIGUEIREDO, 2006).

Segundo Lima e Figueiredo, 2006 o estado brasileiro continua a manter os princípios que nortearam o processo de colonização, embasado no latifúndio

e na monocultura onde se amplia a concentração de riqueza e diminui a biodiversidade, aliada a destruição de florestas e aquíferos agravando os problemas ecológicos, ainda existem diversas experiências e resistências onde o conhecimentos tradicionais de índios e caboclos são experiências de comunidade onde prevalecem a democratização da terra, a solidariedade, a reciprocidade e a equidade que oferecem uma agricultura de base sustentável.

Também complementa a importância cultural Freire, Paulo, 1983 diz bastaria que reconheçêssemos o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que ele transforma através de seu trabalho (fig. 6), para que o percebêssemos como um ser que conhece, ainda que este conhecimento se dê em níveis diferentes: da doxa”, da magia e do “logos”, que é o verdadeiro saber. Apesar de tudo isto, porém, e talvez por isto mesmo, não há absolutização da ignorância nem absolutização do saber.

Figura 6 - Colheita roça comunitária Jucati-PE



Fonte – Arquivo Pessoal

5.7 Identificar as principais ações de programas executados pelo IPA – regional Garanhuns sobre extensão rural.

Entre as ações do IPA se destaca o cultivo, a preservação e o estudo de sementes crioulas (figs. 7 e 8) que são “aquelas utilizadas por comunidades tradicionais nas suas lavouras, com características peculiares que são a sua uniformidade e sua pureza, por não terem sofrido transformações genéticas. As sementes crioulas são obra da natureza e fruto das experiências camponesa e indígena” (BESSA, et al, 2016).

Figura 7- Feijão Cafezinho



Fonte – Arquivo Pessoal

Figura 8- Feijão bage rosa



Fonte – Arquivo pessoal

No agreste meridional existe a criação em várias comunidades e sítios a criação das casas de banco de sementes que servem de base para que os agricultores peguem uma quantidade de sementes nesse banco e plante e no

final após a colheita devolva uma porcentagem maior de sementes de boa qualidade de acordo com o estatuto de cada banco de sementes.

O banco de sementes (fig. 9) são cuidados pelo guardiões das sementes, que são as pessoas responsáveis pelo controle da quantidade e variedades de sementes que possuem no banco, essas pessoas também são responsáveis de ceder as sementes e pegar elas de volta após o ciclo de produção.

Figura 9 - Banco de Sementes Sítio Cruz-Garanhuns



Fonte – Arquivo Pessoal

A função do extensionista é de início mostrar a importância genética, ambiental, cultural e econômica de se cultivar e preservar as sementes crioulas, pois caso contrário o agricultor fica suscetível ao mercado que cada vez busca os grandes empreendimentos e tornam a vida do pequeno agricultor insustentável o obrigando a deixar seu rancho e morar no subúrbio das grandes cidades, em conformidade com Bessa que diz que nas comunidades, sem sementes crioulas, perdem sua identidade, sua autonomia e soberania alimentar. Ficando sem capacidade para garantir a produção do próprio alimento e com isso, vai aumentando a cadeia de exploração e miséria no campo e na cidade. Sabendo que quando a semente crioula é cuidada, produzem bem e mantém a sua diversificação (BESSA, et al, 2016).

Após essa etapa se forma um grupo de agricultores na comunidade responsável pela criação do banco de sementes (fig. 10), quem serão os guardiões das sementes e quem serão os membros do banco de sementes.

Figura 10 - Banco de Sementes Sítio Cerquinha Angelim - PE



Fonte – Arquivo Pessoal

Num segundo momento é importante a criação de uma roça comunitária (fig. 11) onde um terreno é cedido e todos os agricultores associados ao banco de sementes plantam em conjunto, principalmente as sementes que estão em pequenas quantidades no banco, fazendo assim o crescimento da quantidade de variedades quantitativamente e qualitativamente.

Figura 11- Roça Comunitária Jucati-PE



Fonte – Arquivo Pessoal

O extensionista também acompanha de perto o andamento do banco de sementes e procura periodicamente marcar reuniões para saber como está o andamento do banco, quais seu entraves e dificuldades e busca motivar e dar suporte necessária para o pleno funcionamento desses bancos.

Então durante o estágio acompanhamos a colheita de feijão em uma roça comunitária em Jucati, fomos em alguns sítios em São João onde foram plantados 24 variedades de feijão de origem crioula para fins de estudos mais detalhados sobre essas variedades, além de visitas para reativação e motivação das comunidades para os bancos de sementes em Angelim, Canhotinho e São João (fig. 12 e 13)

Figuras 12- Banco de Sementes de Angelim-PE



Fonte – Arquivo Pessoal

Figuras 13: Banco de Sementes de São João



Fonte – Arquivo Pessoal

Os movimentos vêm mostrando a importância de recuperar, preservar e multiplicar as sementes, mudas e raças crioulas com objetivo de avançar na melhoria de um projeto de agricultura camponesa para o Brasil, com o propósito de uma comida saudável e diversificada (BESSA, et al, 2016).

Outra ação do extensionista no IPA – Garanhuns foi o trabalho de escritório para cadastramento e recadastramento para quem foi negativado no DAP (declaração de aptidão ao PRONAF). Essa ferramenta é a porta de acesso aos agricultores familiares terem acesso aos programas de benefícios do governo federal.

Para o DAP existem 3 modelos disponíveis para a agricultura familiar:

- DAP Principal: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA).
- DAP Acessória: identifica filhos/filhas, agregados ou sob sua responsabilidade de idade entre 15 a 29 anos, sendo chamado DAP jovem e as mulheres agregadas a uma UFPA chamado DAP mulher.
- DAP Especial ou Jurídica: Específico para associações, cooperativas ou agroindústrias ou seja pessoa jurídica.

Outro critério para classificação do DAP são critérios de renda e acesso a políticas públicas, onde são divididos em 4 grupos:

- Grupo “A”: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
- Grupo “B”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.

- Grupo “A/C”: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.
- Grupo “V”: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

A DAP tem validade de um ano e para controle pode se encontrar em 5 estados diferentes conforme listagem abaixo:

- Ativa: Quando está registrada na secretaria de agricultura familiar e cooperativismo sem erros e na última versão.
- DAP última versão: É a DAP mais recente da UFPA;
- DAP válida: DAP aprovada que passou pela análise de consistência de dados
- DAP expirada: Prazo de validade vencida
- DAP cancelada: Impugnada por não atender pré-requisitos exigidos.

Através do preenchimento do formulário do DAP conforme anexos 1 a 4 você tem que atender umas séries de exigências como fazer parte da mesma Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) onde indivíduos composto de família que tenha como finalidade a sua subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e outros que é o conjunto de indivíduos composto por família que explore uma combinação de fatores de produção, com a finalidade de atender a própria subsistência e a demanda da sociedade por alimentos e por outros bens e serviços, ainda morem na mesma residência, explorem o mesmo estabelecimento de gestão familiar estrito, dependam da renda da UFPA ,possuam um único CPF ativo por DAP e caso de união estável ou casamento a dupla titularidade com validade de um ano. No caso de pessoa jurídica deverá ter um único CNPJ ativo por DAP e a validade por uma não também.

O artigo quarto da norma determina quais os parâmetros de quem serão os beneficiários da DAP e UFPA,

- Possuir, a qualquer título, área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

- Utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda;
- Ter pelo menos metade da renda familiar advinda do seu estabelecimento ou empreendimento.
- A gestão do estabelecimento ou empreendimento exclusivamente familiar.
- Possui em sua propriedade O CAR (cadastro ambiental rural).
Artigo são beneficiários
- De acordo com quinto artigo se enquadram no DAP: Silvicultores, aquicultores, pescadores, povos indígenas, quilombolas e assentados rurais e comunidades tradicionais que atendam o requisito I, II, III e IV da norma vigente.

5.8 VIVENCIAR UM DOS PROGRAMAS EXECUTADOS PELO IPA – SEDE NÍVEL DE ESTADO COM O PROGRAMA HORTA EM TODO CANTO.

Outra atividade extensionista ministrada no IPA – SEDE em Recife-PE foi o curso de horticultura com o título horta em todo o canto onde o curso foi dividido em três módulos de 8 horas cada, onde na primeira semana foi ensinado a fazer a biocompostagem com resíduos orgânicos, onde você faz o morro em forma de pirâmide em três etapas como um sanduíche e na base você usa folhagens como fonte de carbono, na parte do meio usa-se fonte de nitrogênio com resíduos orgânicos vegetais oriundos da sua casa, restaurante e vizinhos e o terceiro você cobre a parte superior da pirâmide com mais serapilheira.

Então após isso molhe bem e deixa descansar por uma semana e depois fica revirando e jogando água e após um mês a compostagem está pronta para ser usado como um bom adubo orgânico (fig. 14). A compostagem é um processo de decomposição aeróbia, em que há a liberação de gás carbônico, vapor d'água e energia. Esse processo promove a estabilização da matéria orgânica, em que os nutrientes e minerais presentes nos resíduos orgânicos, são facilmente assimilados pelas plantas (DORES-SILVA, 2013).

Figura 14: Elementos de Biocompostagem



Fonte – Arquivo Pessoal

Também foi mostrado a horta do IPA – SEDE onde se mostrou as culturas e os meios naturais de prevenção de ataques de pragas e daninhas e a qualidade das verduras. Foi visto a importância de se plantar ao redor dos viveiros plantas de cheiro forte como inibidores de pragas como a pimenta e o girassol devido ao forte cheiro exalado.

Outro tópico importante foi aula sobre as principais pragas e doenças que atacam uma horta, quais seus sintomas e sinais e após essa explanação foi feito uma pratica na horta para que se retirasse da horta folhas e frutos que estivessem sido atacados por alguma praga, daninha ou deficiência nutricional.

Com essas folhas e frutos injuriados foi mostrado os principais produtos naturais que podem ser usados para controlar essas doenças, pragas ou deficiência nutricional, como a calda bordalesa onde é um excelente fungicida, mas com propriedades repelente contra vários insetos, preparado à base de sulfato de cobre e cal virgem que foi usada pela primeira vez, por volta de 1882, na França (EALF,2012). Para nutrientes pode ser usado farinha de osso, biofertilizante, compostagem, feijão de porco, cal entre outros (fig. 15).

Figura 15: Adubos e elementos permitidos para horta orgânica



Fonte – Arquivo Pessoal

Também foi feito um estudo sobre o perfil do solo e as características de cada um, também foi escolhido uma área para realizar o manejo correto para fazer a limpeza do solo e as coletas mínimas necessárias para uma boa coleta do solo (fig. 16) para ser levado para a amostra do mesmo (fig. 17). Também foi mostrado como preparar um canteiro de horta e dependendo da cultura como distribuir as sementes e realizar o preparo do solo de acordo com a coleta de análise de solo de forma orgânica e natural.

Figura 16: Foto de amostra e coleta de solos



Fonte – Arquivo Pessoal

Figuras 17: Foto de amostra e coleta de solos



Fonte – Arquivo pessoal

Foi utilizada o método de plantio em tubetes, onde se coloca as sementes e depois de germinados em área protegida são transplantados para o canteiro, como também o plantio com lanço das sementes (fig 18).

Figura 18: Transplântio de mudas



Fonte – Arquivo Pessoal

A terceira semana foi uma aula sobre o direito humano a alimentação adequada, a segurança alimentar e nutricional sustentável, bem como manipulação e conservação de alimentos e para terminar uma aula sobre vermicompostagem, que é o uso da minhoca junto a terra e matéria orgânica para se obter adubo de boa qualidade.

Segundo Belo e Molina (2009) a garantia que os povos poderão soberanamente garantir suas políticas de segurança alimentar é condição essencial para um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Somente a intervenção do Estado é capaz de romper com este ciclo, criando mecanismos de tecnologias adaptadas de produção e incentivo a subsistência, garantia do acesso à terra e inclusão dos excluídos ao acesso a alimentação.

Para vermicompostagem, deve ser um ambiente escuro para que a minhoca possa circular em todo recipiente (fotossensíveis) decompor a M.O (Matéria Orgânica) e gerando adubo através da humificação. O processo de humificação pode ser entendido como o inverso do processo de mineralização. Enquanto o processo de mineralização faz com que o material inicial se transforme em CO_2 , H_2O e sais inorgânicos, o processo de humificação

representa a conversão da matéria orgânica recente em húmus, composto rico em materiais orgânicos de alto peso molecular, como ácidos fúlvicos, ácidos húmicos e humina que são as frações da matéria orgânica com alto grau de estabilização (DORES-SILVA, 2013).

Figura 19 - Vermicompostagem



Fonte – Arquivo Pessoal

No final do curso recebemos certificado do curso de 24 horas e a missão de sermos multiplicadores desse projeto de tão grande importância para o desenvolvimento sustentável e extensão rural de baixo custo de produção.

Figura 20 –Certificado Horta em Todo Canto



Fonte – Arquivo Pessoal

6 CONCLUSÃO

O estágio no IPA – Garanhuns proporcionou um grande aprendizado sobre o grande desafio do extensionista em épocas de escassez de políticas públicas voltadas para pequenos agricultores e comunidades de sistema agroecológico e sustentável, pois dessa forma aumenta a pressão dos grandes latifundiários para tomar essas terras de resistência.

Mas em compensação esses desafios mostram o quanto é gratificante ser resistência e dar apoio e assistência técnica a essas comunidades que tanto carecem de apoio.

Além de estarmos contribuindo para que essas comunidades mantenham suas tradições e preservem suas culturas, inclusive com relação aos seus plantios e suas sementes puras geneticamente, pois sabemos que em algum espaço de tempo o homem que tanto investiu em transgenia e melhoramento genético precisará das sementes crioulas novamente.

Apreendi que o extensionista não vai ensinar métodos novos aos agricultores, mas sim será um aprendiz da sabedoria dos antigos e dos costumes dos povos que poderá ser incrementado por alguns conhecimentos

adquiridos na faculdade, desde que isso seja dialogado e de acordo com todos e que não interfira em seus costumes e tradições.

Então o agrônomo extensionista começa seu curso apenas depois de formado, pois cada visita a uma comunidade diferente é um novo aprendizado.


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
 Esplanada dos Ministérios, Bloco C – 5ª Andar
 CEP: 70046-900 - Brasília/DF

FORMULÁRIO DAP #11
Solicitação de Credenciamento para Emissão da DAP
 Em atendimento à Portaria nº 1, de 13 de abril de 2017 (capítulo VI, artigo 4º)

PARTE 1 - DADOS DA ENTIDADE

Dados de Identificação e Contato da Entidade (Pessoa Jurídica)

CNPJ:	
Razão Social:	
Nome Fantasia:	
Data de Constituição:	
Inscrição Estadual:	
Sítio da Entidade:	
E-mail:	
Telefone:	

Endereço da Entidade (Pessoa Jurídica)

Endereço:	
Complemento:	
Nº:	
CEP:	
UF:	
Bairro:	
Município:	

Área de atuação da Entidade (Pessoa Jurídica)

☐ Assistência Técnica	☐ Extensão Rural
☐ Representação Social	☐ Regularização / Reordenamento Agrário
☐ Outros (especificar):	

Estados de atuação da Entidade e a respectiva quantidade de municípios atendidos

☐ AC	☐ AL	☐ AM	☐ AP	☐ BA	☐ CE	☐ DF	☐ ES	☐ GO	☐ MA	☐ MG	☐ MS
☐ MT	☐ PA	☐ PB	☐ PE	☐ PI	☐ PR	☐ RJ	☐ RN	☐ RO	☐ RR	☐ RS	☐ SC
☐ SE	☐ SP	☐ TO									

1


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
 Esplanada dos Ministérios, Bloco C – 5ª Andar
 CEP: 70046-900 - Brasília/DF

Resumo das atividades desenvolvidas pela Entidade (Pessoa Jurídica)

Faça uma breve descrição do Espaço Físico e da Infraestrutura disponível para Emissão de DAP:

Local e Data: _____ Assinatura do Responsável Legal da Entidade: _____


 REGULAÇÃO DE APTIDÃO AO PRODUTO

2

Anexos I e II: Formulários DAP Fonte MAPA, 2019


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
 Esplanada dos Ministérios, Bloco C – 5ª Andar
 CEP: 70046-900 - Brasília/DF

PARTE 2 - DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL PELA ENTIDADE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL pela Entidade (Pessoa Física)

CPF:		NSRP/SPASEP:	
Nome completo:			
Apelido:			
Data de Nascimento:		Sexo:	☐ Feminino ☐ Masculino
Nome da mãe:			
Nº da Identidade:		Órgão Emissor:	
Data da Emissão:		UF:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Formação Profissional:			

DADOS DE CONTATO DO RESPONSÁVEL LEGAL pela Entidade (Pessoa Física)

E-mail:	
Tel. Residencial:	
Celular:	
Tel. Comercial:	

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL LEGAL pela Entidade (Pessoa Física)

Endereço:	
Complemento:	
Nº:	
CEP:	
UF:	
Bairro:	
Município:	

ESTADO CIVIL DO RESPONSÁVEL LEGAL pela Entidade (Pessoa Física)

☐ Solteiro (a)	☐ Casado (a)	☐ Viúvo (a)
☐ Divorciado (a)	☐ Amasiado (a)	☐ Indefinido
☐ Outros (especificar):		

GRAU DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL LEGAL pela Entidade (Pessoa Física)

☐ Analfabeto	☐ Alfabetizado	☐ 1º Grau Completo	☐ 1º Grau Incompleto
☐ 2º Grau Incompleto	☐ 2º Grau Completo	☐ Técnico Incompleto	☐ Técnico Completo
☐ Superior Incompleto	☐ Superior Completo	☐ Pós-Graduação	
☐ Outros (especificar):			

Local e Data: _____ Assinatura do Responsável Legal da Entidade: _____

3


MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
 Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo
 Esplanada dos Ministérios, Bloco C – 5ª Andar
 CEP: 70046-900 - Brasília/DF

PARTE 3 - DADOS DO RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA ENTIDADE

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO pela Entidade (Pessoa Física)

CPF:		NSRP/SPASEP:	
Nome completo:			
Apelido:			
Data de Nascimento:		Sexo:	☐ Feminino ☐ Masculino
Nome da mãe:			
Nº da Identidade:		Órgão Emissor:	
Data da Emissão:		UF:	
Naturalidade:		Nacionalidade:	
Formação Profissional:			

DADOS DE CONTATO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO pela Entidade (Pessoa Física)

E-mail:	
Tel. Residencial:	
Celular:	
Tel. Comercial:	

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO pela Entidade (Pessoa Física)

Endereço:	
Complemento:	
Nº:	
CEP:	
UF:	
Bairro:	
Município:	

ESTADO CIVIL DO RESPONSÁVEL TÉCNICO pela Entidade (Pessoa Física)

☐ Solteiro (a)	☐ Casado (a)	☐ Viúvo (a)
☐ Divorciado (a)	☐ Amasiado (a)	☐ Indefinido
☐ Outros (especificar):		

GRAU DE ESCOLARIDADE DO RESPONSÁVEL TÉCNICO pela Entidade (Pessoa Física)

☐ Analfabeto	☐ Alfabetizado	☐ 1º Grau Completo	☐ 1º Grau Incompleto
☐ 2º Grau Incompleto	☐ 2º Grau Completo	☐ Técnico Incompleto	☐ Técnico Completo
☐ Superior Incompleto	☐ Superior Completo	☐ Pós-Graduação	
☐ Outros (especificar):			

Local e Data: _____ Assinatura do Responsável Técnico da Entidade: _____

4

Anexos III e IV: formulários DAP, fonte: MAPA, 2019

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Combate a Fome. **Política nacional de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural)**. Brasília; M.D.A, 2008.
- BROSE, Markus. **Participação na extensão rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Porto Alegre: Tomo, 2004.
- DIAS, Thiago Ferreira; NUNES, Emanuel Márcio; TORRES, Fátima de Lima. TORRES, Antônio Caubí Marcolino. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). • **G&DR**, Taubaté;SP • v. 9, n. 3, p. 100-129, set-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil.
- DAMBRÓS, Olivo; CAPORAL, Francisco Roberto; PADILLA, Mamen Cuéllar. A Nova ATER e a formação de redes locais de entidades da agricultura familiar para desenvolver extensão rural agroecológica no estado do Paraná, Brasil. **EXTRAMUROS-Revista de Extensão da Univasf**, Petrolina;PE; v. 3, n. 3, 2015.
- DORES-SILVA, Paulo R.; LANDGRAF, Maria Diva; REZENDE, Maria Olímpia de O. Processo de estabilização de resíduos orgânicos: vermicompostagem versus compostagem. **Química Nova**, v. 36, n. 5, 2013, p. 640-645.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa-3**. Artmed editora, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação[1968]**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.
- CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< [http://www. Censo 2010. ibge. gov. br/](http://www.Censo2010.ibge.gov.br/)>. **Acesso em 10/12/2019**, v. 23, 2010.
- LIMA, Filipe Augusto Xavier Lima; *et al.* Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. **SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL** online – v. 8, n. 2 – Ago – 2014. ISSN 1981-1551. Disponível em: [www. inagrodf.com.br/revista](http://www.inagrodf.com.br/revista)

LIMA, Jorge RT; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável. LIMA, Jorge Roberto Tavares de; FIGUEIREDO, Marcos Antônio Bezerra (org.). **Extensão rural, desafios de novos tempos: agroecologia e sustentabilidade**. Recife: Bagaço, 2006 p. 57-81.

MILAGRES, Cleiton Silva Ferreira; *et al.* A Pnater como mecanismo de justiça social para a agricultura familiar. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 453-470, set./dez. 2018.

MOLINA, Mônica Catagna; BELO, Myriam Terezinha Silva. **Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável**. Porto Alegre: Garamond, 2009 p. 101-116.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. 2008.

RODRIGUES, Edison de Barros. **Acompanhamento de atividades de extensão rural do IPA em Garanhuns (PE)**. Relatório de Estágio Supervisionado Obrigatório. (Graduação em Agronomia) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Garanhuns, 2015.

SANTOS, Charle Costa dos; MONTEIRO, Barbara Leandro. Importância das Casas de Sementes Crioulas para Agricultura Familiar no Município de Crato/CE. **Cadernos de Agroecologia** Ceará, V. 13, N. 2, Dez 2018.

VERDEJO, Miguel Expósito. **Diagnóstico rural participativo: guia prático**. Santo Domingo: Centro Cultural Poveda, 2002.